

Data: 23 de Abril de 2007

Autor: Francisco Proença Garcia

A NOVA CONFLITUALIDADE

A Guerra é um fenómeno global, com expressão em todas as regiões do mundo, da Europa à Oceânia, das Américas à Ásia, passando por África, sendo reconhecida como central por todos os estudiosos da problemática das Relações Internacionais, motivo pelo qual nos propomos apresentar um breve ensaio sobre esta temática.

De forma a responder a este desafio articulámos esta apresentação em duas partes distintas mas interrelacionadas. Na primeira parte é traçada uma perspectiva da transformação da natureza dos conflitos armados. Esta breve análise permite, desde logo, verificar a quão profunda tem sido a evolução do fenómeno guerra.

De facto, evoluiu-se de um modelo trinitário clausewitziano para um modelo de guerra irregular, global, assimétrica e permanente, sem uma origem clara e que pode surgir em qualquer lugar, e em que tudo e todos se podem constituir em possíveis alvos

Na segunda parte tentaremos caracterizar as guerras da era da informação. Aqui o cenário dominante é o da alta tecnologia, do espectáculo mediático e das baixas zero. Neste sentido apresentaremos como breve exemplo a violência global permanente no Teatro de Operações do Iraque.

A transformação da natureza dos conflitos armados - uma perspectiva

Quando se pensa ou fala em guerra, normalmente a imagem associada é a da confrontação de matriz trinitária clausewitziana, com uma análise feita a três níveis - Estado, Forças Armadas, População. Porém, a guerra como instrumento da política do Estado em que se opunha um Estado a outro e umas Forças Armadas a outras Forças Armadas constitui um fenómeno relativamente recente e que poderá ter tendência a desaparecer.

Num mundo hoje marcado pela volatilidade identitária as incertezas são muitas, as zonas de interesse estratégico fundamentais alteraram-se e passaram a ser aquelas que são capazes de exportar a sua própria instabilidade. Hoje a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar, atingindo qualquer um. Para muitos, trata-se de uma situação típica do mundo tendencialmente unipolar, do ponto de vista do esforço militar.

As guerras contemporâneas, acentuadamente depois de 1945, tornaram-se cada vez menos entre Estados e passaram a contemplar outros actores, infra-estaduais e supra-estaduais, capazes de executar operações militares, verificando-se uma extrema plasticidade dos seus actantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta pela sobrevivência, sem regras, sem objectivos claramente definidos, deixando assim o Estado de possuir o monopólio do uso da violência.

O futuro pode revelar-se muito diferente da realidade de hoje. Levanta-se a hipótese de se assistir ao regresso do mundo ocidental ao passado pré-Westfaliano. O processo que está em curso será progressivo, irregular e caótico, pois o falhanço do Estado em algumas regiões do planeta favorece o crescimento da violência internacional não-estadual, que em casos extremos é privatizada.

Para Herfried Munkler passou a haver uma desmilitarização da guerra, no sentido em que os objectivos civis não se distinguem dos militares e a violência extrema é exercida contra não combatentes e sobre todos os domínios da vida social, em que se usam profusamente crianças soldado, sendo também normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados, bem como do regime de protecção dos direitos humanos.

As formas de barbárie que não aparecem desprovidas de funcionalidade, permitem assegurar a fidelidade dos participantes e criam uma cumplicidade do crime, de afirmação de uma identidade colectiva face ao In, de exercer sobre ele um terror cruento, dificultando a sua resistência pela imprevisibilidade e arbitrariedade das represálias e da sua crueldade. No fundo, a violência ascendeu aos extremos a que Clauswitz se referia, e o que separa a guerra da selvajaria é a existência, na primeira, da honra do guerreiro.

Tendo em consideração que os actores deste tipo de conflito são outros, também o seu carácter teve que evoluir: São guerras irregulares, estrutural ou temporariamente assimétricas, sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem respeito pelos limites territoriais, de objectivos fluidos, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca. Os seus “pontos fortes” estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, em que os fins justificam os meios, empregando por vezes o terror, onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. Estas guerras hoje não são apenas mais comuns do que no passado mas são também estrategicamente mais importantes e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo.

As actuais guerras com cariz subversivo são referidas por outros autores como de quarta geração, do terceiro tipo, de debilitação nacional, guerras pós-

modernas, ou mesmo, como adianta Mary Kaldor, por guerras novas. São guerras fundamentalmente acerca das pessoas, que para além dos Estados envolvem organizações de um novo tipo que se opõem entre si. No seu desenvolvimento utilizam todas as formas de coacção disponíveis (política, económica, psicológica e militar) para convencerem os líderes políticos adversários que os seus objectivos são inatingíveis ou muito caros para os benefícios esperados, provocando consequências no sistema internacional como um todo.

Nestas guerras as maiores vítimas são os civis inocentes que representam mais de 90% das baixas das quais. Na última década cerca de 2 milhões de vítimas eram crianças, numa média de uma em cada três minutos, constituindo-se acima de tudo no principal objectivo.

A tendência aponta para que as guerras eventualmente com base em considerações etnonacionalistas, persistam mais entre Estados pequenos e fracos, ou em países menos desenvolvidos, do que envolvendo as grandes potências.

No caso dos países menos desenvolvidos, onde são inúmeros os Estados que jamais foram capazes de se afirmarem face a outras entidades sociais, tem-se observado que no decorrer de confrontações violentas a distinção entre governo, Forças Armadas e população começou a esbater-se antes mesmo de ter sido correctamente estabelecida.

São diversas as perspectivas de guerras num futuro presente, mas genericamente podem ser classificadas como regulares e irregulares. Como guerras regulares consideramos os conflitos que obedecem ao modelo definido por Clausewitz. Neste sentido, nas guerras irregulares os principais actores já não são os Estados e as suas Forças Armadas. Os Estados podem entrar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra organizações criminosas transnacionais. As guerras irregulares podem também ser travadas entre estas últimas entidades, não envolvendo nenhum Estado. Em ambas as tipologias a superioridade no acesso e tratamento da informação é determinante.

Um novo e discreto instrumento de intervenção, que surge muitas vezes associado a este novo tipo de conflito são as **empresas militares privadas**, que acabam por ser uma extensão das políticas externas dos Estados de origem.

Tudo indica que, regulares ou irregulares, há duas aproximações fundamentais para caracterizar as guerras actuais e num futuro não muito distante.

A primeira aproximação, que acabámos de referir, que procura o entendimento de fenómenos como as “guerras de um novo tipo”, tende a defender que está a ocorrer uma “revolução” nas relações sociais da guerra. Nesse sentido, o elemento central da equação não é a tecnologia, mesmo que as guerras sejam influenciadas por esta última.

A segunda aproximação, que iremos analisar, assenta na crença que dominarão as guerras espectáculo, possibilitadas pelas forças da Revolução nos Assuntos Militares em Curso (RMC) que têm por base os enormes avanços das tecnologias de informação.

As guerras espectáculo das forças RMC

A guerra deste início de século foi de algum modo antecipada em 1994 no livro de Alvin e Heidi Toffler, Guerra e Anti-guerra,. Nesta obra os Toffler anunciaram a divisão tripartida do mundo e das guerras em vagas: A vaga das “guerras agrárias”, típica do período das revoluções agrárias; a vaga das “guerras industriais”, produto da revolução industrial, e por fim a vaga da “guerra da informação”, resultante da revolução da informação e do conhecimento.

As guerras típicas das sociedades de terceira vaga tem por base as forças RMC e estão ligadas sobretudo aos grandes poderes. Porém, as forças RMC na sua formulação mais profunda estão associadas exclusivamente - actualmente e nos tempos mais próximos - às capacidades do poder militar dos EUA.

Há uma tendência que erradamente se generalizou que caracteriza as guerras feitas por forças RMC, apenas pela alta tecnologia, nomeadamente a tecnologia ligada à informação. Na verdade, se apenas estiverem ligadas à tecnologia, podemos considerar que são guerras de forças pós-modernas, mas não são RMC. As forças RMC actuais assentam:

- na tecnologia da sociedade da informação,
- caracterizam-se pela utilização do espaço,
- pelas novas tácticas e composição orgânica das unidades,
- pela necessidade essencial de conter a violência dentro de limites políticos, éticos e estratégicos aceitáveis pela comunidade internacional ,
- com a preocupação do pós-conflito, no State Building
- mas também pela civilização (civil quanto possível, militar quanto necessário)
- e sobretudo pelo modelo de organização das tecnologias existentes e já disponíveis mesmo no mercado civil, e a partir das quais é possível criar novas e diferentes capacidades num sistema de sistemas.

A tecnologia não modifica a natureza da Guerra, mas o seu carácter, o que implica um novo conceito para o termo Guerra, que agora designa uma situação que não se distingue claramente dos períodos de paz.

A ordem de batalha nas guerras centradas e em rede, de alta tecnologia, desenvolve-se em volta do conceito de Domínio Rápido, de operações RISTA (reconhecimento, intelligence, vigilância e aquisição de objectivos) e dos 4 S (Scan, Swarm, Strit, Scater), com profusa utilização de armas inteligentes, de elevada precisão; selectivas. O novo campo de batalha está dominado por um sistema de sistemas, com base no C2W (Command and Control, Warfare), constituindo uma 5ª dimensão da guerra, onde a manobra informacional se sobrepõe, e por vezes substitui a manobra do terreno.

As operações deixam de ser sucessivas para serem cada vez mais simultâneas. Face à esmagadora superioridade tecnológica e a operações baseadas nos efeitos, as baixas tendem a ser zero, ou a aproximar-se do zero, pelo menos de um dos lados. Os Centros de Gravidade passam a incluir não só os espaços físico e as origens materiais da força, mas e sobretudo o domínio do cognitivo, e dentro destes em especial o da razão. O objectivo já não é o aniquilar, mas imobilizar, controlar, alterar e moldar o seu comportamento de forma a criar um novo ambiente político com perdas controladas, mesmo para o inimigo, evitando reacções negativas da opinião pública. É por esta razão que Edward Luttwak definiu este fenómeno como guerra pós-heróica; a força pode ser empregue sem o risco de perdas de vida.

As novas tecnologias e a digitalização das unidades ditam novas doutrinas estratégicas, tácticas e organizacionais. A tendência é para a robotização do campo de batalha de uma forma progressiva.

As forças RMC empregam muito a guerra de informação, o vector moderno da guerra psicológica e da subversão tradicionais. No actual ambiente operacional (e no futuro), o mais importante é (e continuará previsivelmente a ser) o domínio da informação, mais precisamente, o acesso, o controlo e o respectivo processamento com o objectivo de obter a sua transformação em conhecimento e depois partilhá-lo.

Em breve, a psicotecnologia disponibilizará novos instrumentos capazes de influenciar os “corações e as mentes” o que incrementará ainda mais o papel da guerra psicológica e dos guerreiros da informação que nas suas operações de informação e psicológicas, aprendem a implantar falsas realidades e a induzir movimentos psico-culturais e políticos, em prol de determinados interesses nacionais, criando uma realidade virtual quando a realidade efectiva contradiz os imperativos estratégicos de momento, no fundo uma verdadeira guerra de representações.

Ao nível estratégico a guerra de informação implica um domínio do ciber-espaço, pois não podem ser descurados os ciber ataques, com as suas bombas lógicas, vírus e cavalos de Tróia. Esta diferente forma de guerra implica uma política de segurança e defesa para o ciber-espaço, pois este impôs uma nova dimensão geopolítica, a do próprio o ciber-espaço.

Nas guerras das forças RMC a supremacia dos meios e sistemas de comunicações é um factor imperioso. Na maior parte dos casos o espaço tende a ser entendido como a quarta dimensão da guerra. Quem tiver capacidade para dominar o espaço dominará o mundo. Com a colocação de sistemas de armas de intervenção global o espaço será militarizado, criando uma nova forma de dissuasão. Estes conceitos implicam um outro, um conceito geopolítico para o espaço.

Com a civilização, a distinção entre civil e militar ficará esbatida, pois já não são apenas as Forças Armadas que entram em combate, mas as comunidades políticas que elas servem. Assim, este fenómeno de inter-penetração é indicador de um novo tipo de Forças Armadas. Estas tendem a ser profissionais, com efectivos substancialmente mais reduzidos, com uma maior ligação aos meios universitários e centros de investigação, a integrarem mais mulheres e minorias e, em certa medida, tende-se para uma privatização da actividade militar. As estruturas e missões tradicionais passam a ser permeáveis a civis, assumindo aqui um papel importante as Empresas Militares Privadas.

As guerras com forças RMC são também guerras distantes. O poder que está na defensiva é castigado e muito limitado na sua resposta. Muitas vezes sente-se mesmo impotente. Também distante no comando e controlo, onde os media e a informação sobre a guerra desempenham um papel primordial.

Nas guerras RMC a duração em termos de uma acção militar intensa é muito curta – semanas - e é importante que assim seja, sobretudo por razões de opinião pública e de interesse político. Isto não quer dizer que no período posterior à acção militar decisiva, tipicamente de estabilização, a presença militar não se arraste por vários anos, já que actua em ambiente subversivo, como acontece hoje no Iraque.

Parece ser consensual a convicção de que as guerras de hoje já não correspondem à classificação clássica do prussiano Clausewitz para quem a Guerra era "(...) um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios (...)". Na verdade, hoje aquela máxima inverteu-se: a Política, sim, passou a ser a continuação/diversificação do estado de guerra. António Telo considera mesmo que hoje a guerra é a forma "superior" da política, superior apenas porque mais exigente, pelo que obriga a cuidados especiais e uma elaboração

do pensamento mais complexa, **porém, em nosso entender, a guerra, ou melhor, a violência global permanente não é só política, mas deve-se sim ao falhanço da acção política.**

Uma das mais importantes implicações desta mudança qualitativa de conceito de guerra, é a alteração dos laços funcionais entre o poder político e o aparelho militar. A envolvente política perpassa agora verticalmente todos os níveis de actuação militar: A estrutura de comando militar nos diversos níveis de responsabilidade preocupa-se principalmente com a actuação política.

Mesmo ao nível táctico, um comandante de uma pequena força desempenha esse papel no seu contacto com a população e autoridades locais.

As guerras que envolvam a grande potência sozinha ou em coligação, sejam elas regulares ou irregulares, serão sempre efectuadas por forças RMC. Na actual Guerra no Iraque, a intervenção da coligação internacional pautou-se pela superioridade tecnológica, pela supremacia aérea, com domínio do espaço, pelo uso de armas inteligentes e também por uma intensa guerra de informação, num cenário típico de guerra regular.

A força RMC da coligação, com combates sucessivos e assimétricos, vergou a vontade de combater iraquiana e a operação militar foi uma nova Blitzkrieg. Porém, após a ocupação militar, houve uma transformação da natureza do conflito armado, deixando de obedecer ao modelo clausewitziano; além dos Estados passou a envolver outros actores. Conforme a circunstância e o prisma de análise, qualificamos os seus elementos como bandidos, terroristas, guerrilheiros, mercenários, milícias ou freedom fighters. Estes não representam um Estado e não obedecem a um governo.

As operações militares de estabilização, apesar de feitas por forças RMC, fazem-se agora num ambiente de cariz subversivo, de combate próximo, onde não existe uma estratégia e uma táctica bem definida, sendo os objectivos fluidos, onde a inovação impera e a surpresa/imprevisibilidade são as suas principais características.

O emprego do terror é frequente, desaparecendo a distinção civil/militar, estando os combatentes misturados com a população que desempenha aqui um papel fundamental de apoio de retaguarda logístico, em informações e ao mesmo tempo fonte de recrutamento e de protecção. Por outro lado também é o alvo principal e a maior vítima.

Rober Cooper, ex-conselheiro de Tony Blair e actual conselheiro de Solana, explicou claramente em 2002, num artigo publicado pelo Foreign Policy Centre, intitulado "Reordering de World: The long Term Implications of September 11", como devem as forças pós-modernas (3º vaga ou ocidentais, como se queira ver), contra forças irregulares pré-modernas ou modernas: "entre nós, agimos segundo a regra da lei e os princípios da segurança cooperativa. Mas, face a tipos de Estado mais tradicionais, devemos regressar

aos métodos mais brutais dos tempos antigos - uso da força, ataques preventivos, mentiras, tudo o que é necessário para enfrentar os que ainda vivem no mundo do século XIX, o de cada Estado por si. Entre nós, respeitamos a lei, mas, quando estamos na selva, devemos aplicar a lei da selva".

Em ambientes operacionais destes é normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados (internacionais e não internacionais), bem como do regime de protecção dos direitos humanos.

No Iraque devemos ter presente a velha premissa de que as guerras de cariz subversivo não se ganham com acção militar, mas perdem-se pela inacção militar.

E o que é que Portugal tem a ver com isto? O real problema para os pequenos poderes é de saber se tencionam ou não desenvolver forças capazes de participar ao mais elevado nível com a aliança.

No actual contexto de partilha de soberania, a capacidade de participação na decisão de qualquer Estado só vai até onde alcançar a sua efectiva capacidade de operações combinadas. Se a opção for não ter este tipo de forças, não teremos voz nem faremos valer a nossa opinião no nível de decisão correspondente. Pelo contrário, se tivermos, a voz será ouvida, mesmo não participando nas operações militares. Hoje o conceito de segurança e defesa é alargado, a nossa soberania em parte está ao serviço da Comunidade Internacional (através das OI de que fazemos parte), não se trata apenas da salvaguarda da integridade do território e populações contra ameaças externas (conceito passivo), hoje na Europa Ocidental, a soberania é essencialmente a capacidade de manter a forma de vida e os valores livremente escolhidos por um povo, o que aponta para uma acção activa e cooperativa com os aliados, e que em certos casos pode passar por operações militares a milhares de quilómetros do território. Um Estado que não se faça ouvir ao nível superior da decisão, tem a sua soberania mais limitada, mesmo amputada.

Assim, Portugal é, e quer continuar a ser e continuar a ser “um produtor de Segurança Internacional”, como refere o Sr. Ministro da DN, Professor Severiano Teixeira, temos de possuir um pequeno núcleo de primeiro nível, conjugado com outras forças para responder a um amplo leque de missões, como as de estabilização e a protecção do ambiente. Assim, precisamos de uma concepção clara do qual o papel que pretendemos na cena internacional, estar atento aos desenvolvimentos, de forma a não perder o barco, sem esquecer que a melhor maneira de apanhar o barco é quando ele ainda está no porto.

Uma conclusão

Apesar das típicas incertezas que o futuro nos reserva, a guerra continuará a ser uma questão de poder e, no século em curso, cremos que continuaremos a assistir a guerras provocadas pela alteração da relação de forças entre actores não estatais e Estados, guerras irregulares e em ambiente subversivo, sem regras, sem princípios, sem frente ou retaguarda, onde os objectivos são fluídos, na boa compreensão que a única legitimidade é a do exercício. **Guerras que no fundo não são tão novas assim.** Por outro lado, assistiremos às guerras espectáculo (regulares ou irregulares), típicas das sociedades de terceira vaga e que tem por base as forças RMC, com um novo tipo de Forças Armadas, de alta tecnologia, com profusa utilização do espaço e do ciberespaço como novas dimensões da guerra.